



## **A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO EUGÊNICO NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA ORGANIZADO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930**

Eduarda Maria Schneider - Unioeste

Fernanda Aparecida Meglhioratti - Unioeste

**Resumo:** Tendo visto a ampla abrangência do movimento eugênico, o qual influenciou diversas práticas sociais interferindo inclusive nas propostas educacionais da época, objetiva-se investigar a influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. Ao analisar trechos do Boletim de Eugenia brasileiro e as Constituições Federais da época, percebe-se que tanto o Boletim como as Constituições de 1934 e de 1937 apresentam propostas para a educação relacionadas aos ideais eugênicos, tais como o estímulo à educação eugênica e higiene social e a obrigatoriedade, na constituição de 1937, da educação física em todos os níveis de ensino, como medida para se alcançar a estética ideal da eugenia. Estes aspectos demonstram a influência dos ideais eugênicos na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930, período decisivo para a educação.

**Palavras chaves:** História da educação; Movimento Eugênico; Boletim de Eugenia.

### **Introdução**

O contexto histórico mundial do início do século XX presenciou um conjunto de mudanças decorrentes da Revolução industrial. O avanço do sistema capitalista teve como consequência o aumento contingencial das massas em torno da atividade produtiva e seu deslocamento para os centros urbanos. A concentração populacional e a estrutura econômica e social embutida no sistema capitalista trouxeram inúmeros problemas sociais, tais como, insalubridade, doenças epidêmicas, péssimas condições de trabalho e moradia, aumentando ainda mais as discriminações advindas com a formação das distintas classes sociais (ALVES, 2001).

Devido ao panorama econômico-cultural e político que se delineou após a Primeira Grande Guerra, o Brasil começa a se repensar. Deste contexto, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, em diversos setores sociais, mudanças são debatidas e anunciadas. Na transição de uma sociedade oligárquica para urbano-industrial, redefiniram-se as estruturas de poder, e o esforço para a industrialização resultou em mudanças substantivas na educação, gerando a

necessidade de pensar em um plano educacional para a diversidade cultural brasileira em prol da diminuição dos males sociais.

A década de 1920 foi um período de grandes iniciativas na área da educação, correspondendo ao início das reformas educacionais cingiu um grande espaço para propostas em prol de um sistema organizado de educação pública.

Segundo Teixeira (1976), o sistema educacional mantido em razoável funcionamento até 1930, consistia de um ensino primário gratuito, mas de oportunidade reduzida, um ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer desejo de ascensão social, e um ensino superior gratuito de caráter extremamente ineficiente. Desta forma, a concepção do Sistema Escolar Brasileiro, entre os anos 20 e 30, era selecionador e não formador. De acordo como estava arquitetado, o Sistema Escolar era organizado e praticado para manter o privilégio das condições sociais e econômicas acima das capacidades e aptidões individuais, já que sua real distinção não era de nível intelectual, mas sim de nível social.

Neste sentido, o ensino brasileiro existente na época não atendia profundamente nenhuma grande camada popular e se caracterizava, perfeitamente, como uma educação de elite, deixando claro o fato da educação ser direito apenas aos filhos de pais em boa situação econômica (AZEVEDO, 2005). Em outras palavras, o sistema de ensino promovia a imobilidade social, ou seja, estava destinado a manter cada indivíduo dentro de seu status social, e transferindo o setor privado ao sistema acadêmico, pela sua escola secundária de elite, a fim de que não fosse acessível senão aos que tivessem recursos (TEIXEIRA, 1976). Como Bourdieu e Passeron (1982) afirmam, o sistema de ensino contribui para a existência das desigualdades quando marginaliza aqueles pertencentes às classes populares.

Um dos movimentos da educação mais importantes da época ficou conhecido com o nome de Escola Nova ou Escola Ativa. Os defensores do movimento defendiam a escola pública, universal e gratuita para todos. A ênfase centra-se sobre os alunos e seus interesses e o professor é considerado um facilitador da aprendizagem. O ensino deveria ser leigo, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa que tinham marcado os processos educacionais até então. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando (DEWEY, 1979). Entre os educadores que lideraram o movimento da Escola Nova estavam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho.

Contudo, com relação à propagação da pedagogia da Escola Nova Saviani (1985) indica que suas consequências foram mais negativas que positivas, pois acabou provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão do conhecimento,

rebaixando assim, o nível do ensino destinado às camadas populares as quais têm na escola pública o único meio de acesso ao conhecimento.

Cada vez mais se fazia a necessidade de um planejamento educacional, ou melhor, um Plano Nacional de Educação brasileiro para combater esse ensino elitizado, garantir um ensino público e gratuito a todos e promover o desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Saviani (2002), a ideia do Plano Educacional Brasileiro aparece no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, lançado em 1932. Esse Manifesto fez um diagnóstico da educação pública brasileira e mostrou o imperativo de se criar um sistema de organização escolar que estivesse de acordo com as necessidades do país, aproximando a ideia de Plano de Educação ao pensamento de um sistema educacional organizado de forma racionalista (lógica), constituído por um conjunto de atividades educativas coerentes e eficazes para uma determinada sociedade.

Com relação ao Plano Nacional de Educação, a Constituição Brasileira de 1934, dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. No artigo 150, alínea *a*, é estabelecido como competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (BRASIL, 1934).

Saviani (2002, p.74) destaca que o referido Plano correspondia ao espírito da Constituição de 1934, já que aí a ideia de plano coincidia com as próprias diretrizes e bases da educação nacional. Entretanto, o conteúdo desse Plano afastava-se da ideia dos pioneiros, aproximando-se à orientação que irá predominar no *Estado Novo*. Freitag (1979) *apud* Silva e Silva (2006), comenta sobre esse momento da seguinte forma:

Com o auxílio de certos grupos militares (tenentes) e apoiado pela classe burguesa, Vargas assume o poder em 1930, implantando, em 1937, o Estado Novo, com traços ditatoriais. Isto significa que a sociedade política invade áreas da sociedade civil, subordinando-as ao seu controle. É o que ocorrerá com as instituições de ensino. Percebe-se uma intensa atividade do Estado em ambas as instâncias da superestrutura. É criado pela primeira vez, em 1930, um ministério da Educação e Saúde, ponto de partida, segundo Valnir Chagas, para mudanças substanciais na educação, entre outras a estrutura de uma universidade. (FREITAG, 1979 *apud* SILVA e SILVA, 2006).

Desta forma, apesar da constituição do Plano Nacional de Educação, ser entendido pelos educadores alinhados com o movimento renovador como um instrumento de introdução do racionalismo científico na política educacional, para Getúlio Vargas, significava converter um instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-pedagógico exercido

por meio da política educacional. Ou seja, para Vargas o sistema educacional tinha a finalidade de manipular as forças subalternas, pois a classe trabalhadora passava a ter acesso à escola, mas o tipo de oferta não deveria possibilitar a mobilidade social (SILVA e SILVA, 2006).

Tendo visto as diversas exclusões sociais presentes no Brasil ao longo de toda a sua história, em distintas esferas da sociedade em especial na educação, torna-se importante discutir um movimento mundial de caráter discriminatório que direta ou indiretamente influenciou o processo educacional no Brasil desta época, trata-se do movimento eugênico discutido a seguir.

### **O surgimento do movimento eugênico**

Durante o século XIX, a Inglaterra, berço do darwinismo social e da eugenia, passou por profundas mudanças políticas, religiosas e econômicas. Na era vitoriana da Inglaterra, meados do século XIX, o surgimento e desenvolvimento das indústrias favoreceram a migração de grande número de pessoas que saíam do campo deslumbradas com a potencialidade de trabalho que as cidades poderiam ofertar. Este fluxo intenso fez com grande parte dos trabalhadores trabalhasse e vivesse sob condições deploráveis nas cidades que cresciam desordenadamente (ROCHA, 2011). Nesse período, o império inglês era a grande potência mundial, desencadeando consigo as consequências do capitalismo como, acumulação de capital, mais-valia, péssimas condições de trabalho e salários e a insatisfação dos operários. Essa situação política e econômica, somada ao problema sanitário gerado pelo vertiginoso crescimento das cidades, tornou a Inglaterra um lugar degenerado, na visão dos naturalistas da época. Sem infra-estrutura, a insalubridade e as doenças epidêmicas (varíola, tuberculose, tifo, escarlatina, etc.) despertaram o interesse dos higienistas. Era preciso curar muitos doentes e evitar a degeneração da população. Em oposição a esse estado, a burguesia criava maneiras de se alienar da vida da multidão e diferenciar-se dela, desta forma as diferenças entre ricos e pobres, contrastantes até mesmo do ponto de vista urbano, tornam-se motivo de preocupação (DIWAN, 2007).

A segunda metade do século XIX constituiu-se em um período de decadência em toda a Europa, justificado pela crise sanitária e pela emigração. Além disso, o final do século XIX foi caracterizado por uma das mais importantes crises trabalhistas da história inglesa, devido a péssimas condições de trabalho, os trabalhadores tomaram consciência de suas condições, desdobrando-se em greves e manifestações (DIWAN, 2007).

Nesta época, Francis Galton (1822-1911), utilizou-se das ideias circulantes na Inglaterra e dos conhecimentos de estudiosos como, por exemplo, Thomas Malthus, Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin, para promover o que considerava talento e saúde e suprimir doenças e estupidez. Galton cunhou o termo “eugenia” para designar “o melhoramento biológico da raça humana” através da reprodução seletiva em sua obra *Inquiries into human faculties* (1883) (CASTAÑEDA, 2003). De acordo com Bizzo (1995), este melhoramento consistia em uma extensão do melhoramento de espécies animais que havia sido discutido por Charles Darwin (1809-1882), primo de Galton, no primeiro capítulo do livro *Origem das Espécies*. Embora o termo “eugenia” tenha sido cunhado por Galton, a ideia do melhoramento da raça já existia desde a Antiguidade, em Esparta, por exemplo, esse pensamento de produzir uma raça de guerreiros de primeira classe, levava os espartanos a eliminar todo o recém-nascido que fosse portador de algum tipo de deficiência (ROCHA, 2011).

A teoria galtoniana buscava se apoiar em estudos estatísticos dos fenômenos hereditários e sustentava que o tamanho do corpo, cor dos olhos, força dos músculos, inteligência e até moralidade eram herdados. Galton procurava encontrar relações mensuráveis entre características físicas e o caráter e agrupava as pessoas segundo características gerais, o que permitiria a intervenção na hora do controle da reprodução ao suprimir os considerados tipos “ruins” e aumentar a natalidade daqueles “bem-dotados” (MARQUES, 1994). Grande parte das ideias de Galton sobre herança e eugenia, porém ainda sem esse nome, foram formuladas e publicadas em 1865 em seu artigo “Hereditary talent and character”. Neste, Galton discutiu sobre as consequências de práticas não eugênicas como, por exemplo, o fato de na Idade Média, muitos jovens gênios serem atraídos para a Igreja e celibato, o que impedia de deixarem descendentes. Ele defendeu então o oposto, o encorajamento de casamentos entre homens e mulheres talentosos. Considerava que o melhoramento hereditário era necessário porque a civilização estava avançando mais rapidamente do que nossa habilidade de lidar com ela (ROCHA, 2011).

Preocupados com o crescimento populacional e o aumento da pobreza e miséria, Galton e outros eugenistas da época, pretendiam preservar os indivíduos considerados típicos do padrão racial que, segundo eles, estavam desaparecendo devido à falta de cuidados reprodutivos e ao cruzamento de membros típicos da raça com membros “degenerados”. Além da reprodução controlada, deveriam ser introduzidas modificações no corpo e no intelecto dos indivíduos, as quais assumiriam um caráter de herança genética, no sentido de retorno ao padrão racial original (MAI e BOARINI 2002). De acordo com Mayr (1998), no

que se refere ao programa eugênico de Galton, as pessoas de todas as faixas do espectro político endossaram a ideia, concebendo a eugenia como uma forma de conduzir a humanidade a uma perfeição cada vez maior. No início do século XX, muitos cientistas defendiam a ideia e divulgavam o discurso ideológico de estimular a reprodução entre pessoas com características desejáveis – eugenia positiva – e desestimular a reprodução entre os doentes e incapacitados – eugenia negativa.

No Brasil o movimento eugênico foi muito difundido no início do século XX. Um dos meios de divulgação da eugenia entre a comunidade científica e a sociedade foi o Boletim de Eugenia, o qual se trata de um periódico elaborado por iniciativa individual do médico eugenista Renato Kehl, impresso no Rio de Janeiro, com uma tiragem mensal de 1000 exemplares (MAI e BOARINI, 2002). Nesse Boletim foram publicados eventos e concursos de eugenia, anunciado bibliografias, pesquisas e reflexões sobre os problemas da época e questões de interesse.

O Boletim de Eugenia foi publicado entre os anos de 1929 e 1933 sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Eugenia. Sua publicação nos primeiros três anos era mensal, posteriormente passando a ser trimestral. O boletim era composto em geral de 4 a 10 páginas, sendo publicados artigos de diversos autores com assuntos que divergiam conforme os interesses do editor. Um dos principais objetivos da publicação do boletim era promover o movimento eugenista e despertar o interesse público para os problemas do país que, segundo os eugenistas, teriam origem racial. Duas instâncias eram priorizadas: a família e a escola, para as quais eram apresentadas várias propostas e orientações. Salienta-se, porém, que de forma alguma a educação era tida como o principal caminho para a melhoria e superação das dificuldades da sociedade, posição que diferia de outros movimentos, como da Escola Nova, que propunham transformar a sociedade por meio da educação. Coerentes com o seu discurso e dada à ênfase em um paradigma biológico, os eugenistas apontavam para os limites de qualquer função transformadora através da educação (MAI e BOARINI, 2002).

O movimento eugênico teve abrangência mundial e grande aceitação na época, motivando diversos movimentos ideológicos, inclusive justificando o racismo. Após o holocausto, em meados do século XX, as atrocidades provocadas devido aos ideais nazistas vieram à tona e a eugenia foi desacreditada e condenada cientificamente e eticamente.

O movimento eugênico influenciou diversas práticas sociais, interferindo inclusive nas propostas educacionais da época, desse modo, objetivou-se no presente trabalho investigar a influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930, tendo visto que muitos autores que lideraram os movimentos em

prol da educação, eram autores do Boletim de Eugenia e, portanto defensores do movimento, como por exemplo, Anísio Teixeira, Roquette Pinto e Fernando de Azevedo.

## **Metodologia**

A metodologia constituiu-se em uma análise qualitativa com base na proposta da análise do discurso. A análise dos dados se pautou na discussão da influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930, investigando exemplares do Boletim de Eugenia de 1929, 1930 e 1931, as constituições de 1934 e 1937 e demais literaturas utilizadas para subsidiar a discussão. Os trechos retirados do Boletim estão identificados pela letra B seguida de um número algébrico (B1, B2, B3...) e citados de acordo com o autor do artigo e o ano da publicação do Boletim.

## **A influência do movimento eugênico para a educação na década de 1930**

A eugenia teve como finalidade o aumento progressivo dos homens fisicamente e mentalmente sadios e diminuição dos fracos, doentes e degenerados, concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, composta de indivíduos fortes e belos (KEHL, 1929). Dentro deste propósito a educação apresentou-se como um dos meios de propagação dos ideais eugênicos.

Ao analisar os exemplares do Boletim de Eugenia de 1929 a 1931, percebe-se que dos diversos assuntos tratados, a educação foi uma das temáticas de maior discussão, no qual os eugenistas se dedicaram a promover a propagação dos ideais eugênicos, permitindo que tais prerrogativas viessem a determinar o modelo social pretendido no país. Ao lado das discussões sobre imigração e hereditariedade, considerado por grande parte dos eugenistas, a educação teria a função de estimular as habilidades dos eugenizados, sendo que para os elementos disgênicos, tal investimento seria dispendioso visto a impossibilidade de atingir progressos ante a falta de habilidades provenientes de fatores hereditários. Sendo assim a educação jamais representaria a função transformadora da sociedade, mas, poderia conferir-lhe a propagação dos ideais eugênicos (MAI e BOARINI, 2002).

As finalidades do processo educativo aparecem em diversos artigos publicados pelo próprio diretor e proprietário do Boletim de Eugenia Renato Kehl e de boa parte dos eugenistas brasileiros, estes difundiam a descrença de que por meio da educação e de condições sociais favoráveis à população haveria mudanças significativas à nação. Em um

artigo intitulado “Educação e Eugenia” do Boletim de Eugenia de 1929, Kehl compara a educação com os problemas da medicina terapêutica, afirmando que se deve pensar no doente, antes da doença, no educando antes da educação. Ao afirmar que “quem é bom já nasce feito”, Kehl (1929) defende que a educação possui limitações frente aos indivíduos, e por assim ser, deveriam ser educados conforme os atributos de cada indivíduo. A educação neste sentido teria o objetivo de fazer transparecer as boas características, aflorar as qualidades inatas, as habilidades e aptidões não descobertas ou pouco exploradas.

Em diversos trechos pode-se perceber a importância da educação eugênica e o pressuposto de que sem uma “boa herança”, os efeitos da educação não seriam significativos, como pode ser observado a seguir:

B1: “O ensino será desenvolvido com o elevado proposito de despertar no espirito dos discentes o respeito de si próprio e dos semelhantes, tendo sempre em vista a implantação do grande ideal da regeneração moral e physica do homem” (KEHL, 1929).

B2: “A educação eugênica é imprescindivel para o progresso biologico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiais e normaes, como matéria á parte ou, não sendo possível, como parte da historia natural ou da hygiene” (KEHL, 1929).

B3: “Nunca se acentuará com bastante força que qualidades adquiridas, indubitavelmente de grande importância para o indivíduo, não são transmitidas por herança” (KEHL, 1930).

B4: “O meio revela as fôrmas em potencial no genotypo dos seres, e nada mais” (DOMINGUES, 1930).

B5: “Não é por simples meios legaes e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtem typos fortes, belos e moralizados de homem, mas sim pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos” (KEHL, 1930).

Neste sentido, o ideal de educação para boa parte dos eugenistas estava associado a promover uma consciência eugênica, tendo como foco os jovens em idade escolar e despertando neles o compromisso com os ideais eugênicos, poderia se abranger todas as demais camadas sociais. Outra questão observada nos trechos acima diz respeito à importância de um matrimônio consciente, instruindo os jovens a não realizarem matrimônio entre raças e classes sociais diferentes, bem como somente gerar filhos os casais considerados eugenicamente sadios, contribuindo assim para a formação de uma elite nacional.

Por essas razões, assuntos ligados à genética e a educação sexual deveria ser ensinada na escola, desde cedo:

B6: “E a Genética deve ser ensinada desde a Escola Primária, por ser a sciencia-mater da Eugenia, no relativo a todos os seres vivos; é a sciencia que ensina a apurar boas qualidades, à luz da Biologia” (KEHL, 1929).

B7: “A educação sexual é ao mesmo tempo a obra da família e da escola, como do mesmo modo todo o ensinamento primário, visto que a escola e a família devem colaborar no mesmo objectivo” (LUISI, 1930).

B8: “**O jovem deputado Oscar Penna Fontenelle criou o projeto:** estabelecendo o ensino da Higiene individual e Higiene sexual nos collegios secundários e nos collegios militares” (**grifos nossos**) (KEHL, 1929).

B9: “No Brasil nada se tem feito, coordenada e methodicamente, para o estabelecimento da educação sexual individual, nem como disciplina pedagógica, a não ser a tentativa do Dr. Oscar Penna Fontenelle, que apresentou na Camara um projecto que cogitava de introduzir nos programmas officiaes dos collegios o ensino da hygiene sexual” (KEHL, 1930).

Segundo os autores, a educação eugênica com base nos fundamentos genéticos seria fundamental, o papel da educação seria assim evitar a má formação e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientação sexual, relações conjugais e criação dos filhos.

A relação da eugenia com a educação foi tão representativa na época que chegou a ser aludida na Constituição de 1934, como por exemplo, no Artigo 138, que determinava que “à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia”: a) Estimular a educação eugênica; f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis (BRASIL, 1934).

Muito provavelmente os incisos “a” e “f” do Artigo 138 da Constituição Federal de 1934 tenham tido forte influência ideológica das forças políticas simpatizantes da eugenia. Ressalta-se que no inciso “a”: “Estimular a educação eugênica”, a educação era defendida como um fator de conscientização eugênica para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos, visando o matrimônio entre pessoas de uma mesma classe social e étnica e não apenas o conhecimento de teorias e leis sobre hereditariedade. No inciso “f”, nota-se que saúde e higiene social foram discutidas em um mesmo patamar, sendo considerados como características hereditárias, ou seja, as medidas legislativas e administrativas que impedissem a propagação das doenças transmissíveis eram tratadas como fatores exclusivos de ordem genética e não de âmbito social (ROCHA, 2011).

Percebe-se deste modo que as ações educativas neste período estariam associadas direta ou indiretamente aos ideais de saúde, sendo que um mesmo ministério, da Educação e Saúde, atenderia as necessidades dos dois órgãos. As reformas educativas criadas neste período tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, visto este fator ser de ordem significativa para a formação de uma raça fisicamente forte com padrões estéticos que definiriam, segundo os

parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça. Em diversos artigos publicados no boletim podem ser encontrados trechos que afirmam que, a eugenia tem por finalidade o melhoramento físico, psíquico e mental do gênero humano, como pode ser observado nos trechos a seguir:

B10: “A Eugenia é a sciencia do aperfeiçoamento physico, psychico e mental do genero humano, tendo em conta as disposições hereditarias da semente e as medidas que a beneficiem atravez das gerações” (KEHL, 1929).

B11: “Com o correr dos tempos, o affluxo de novos sangues, emigrações européas, cruzamentos melhores, melhor hygiene, alimentação mais propria, menos álcool e mais esporte, tudo empírico embora, tudo produzido pelas circunstancias do momento, sem a menor lei e sem a menor systematização, as condições phisicas dos brasileiros tornaram-se outras (NORTE, 1929).

Nesse sentido, os ideais de uma educação eugênica estão presentes também na Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, a qual apresenta o caráter obrigatório da educação física, considerada integrante da educação eugênica, em todos os níveis de ensino:

“A Educação Física, o ensino físico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937).

Diante das condições, há de se considerar que a Educação Física entrou para o currículo escolar como ideal eugênico na formação do cidadão pretendido pelo Estado. A obrigatoriedade exigida por lei em estado nacional está diretamente articulada a um ideal político que objetivava por meio das atividades físicas o condicionamento moral e disciplinador, indispensável para a formação de um estado totalitário e ao mesmo tempo populista (ROCHA, 2011). A mesma autora aponta que:

As ações de ordem filantrópicas, sociais e educativas não possibilitariam o melhoramento do “elemento” que por natureza fora considerado um “disgênico”. Era preciso “educar para os fins eugênicos”, conscientizar sobre o “perigo” da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns a sua linhagem (ROCHA, 2011, p. 173).

Neste contexto, percebe-se que o movimento eugênico teve ampla influência nas propostas educacionais da época e analisar a proposta deste movimento e sua influência nas políticas educacionais do período determinado possibilita entender o ideal social e humano pretendido pelos homens da ciência de sua época. Seus ideais só não tiveram maiores repercussões pelo fato de que com o avanço do Nazismo, a eugenia no Brasil e no mundo

acabou perdendo aos poucos sua credibilidade, e conter o seu avanço passou a ser uma necessidade.

### **Considerações finais**

Tendo visto a grande importância dada à educação pelo Boletim de Eugenia no Brasil e o contexto social e político no qual estava abarcado o movimento eugênico, compreendendo um período de grandes mudanças em diversos setores sociais, incluindo o campo educacional, é de extrema importância evidenciar as relações entre o movimento eugênico e a constituição do sistema de educação pública no Brasil.

Analisando a influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930, percebe-se que tanto na constituição de 1934 quanto na de 1937, foram incluídas propostas em relação aos ideais eugênicos para a educação. Por exemplo, constava na constituição de 1934, estimular a educação eugênica e adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis e promover a higiene social, enquanto, a constituição de 1937 propunha o caráter obrigatório da educação física em todos os níveis de ensino. Estes aspectos demonstram a influência do ideal eugênico, movimento ideológico que esteve pautado em um discurso cientificista e biológico, na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores associados, 2001.

AZEVEDO, C. P. - Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira. **Revista da UFG**, v. 7, n. 2, dez, 2005, online ([www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)).

BIZZO, N. M. V. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. **Revista USP**, n. 24, p. 28-37, 1994 – 1995.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, 2ª ed, Lisboa: Editorial Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm). Acesso em: 16/01/2012.

- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm). Acesso em: 16/01/2012.
- CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciências e Saúde, Manguinhos** – RJ, v. 10, n. 3, p. 901-930, set/dez., 2003.
- DIWAN, P. **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação: introdução à Filosofia da Educação**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- DOMINGUES, O. O meio revela... **Boletim de Eugenia**. nº 16, ano II, abr./1930.
- KEHL, R. O ensino da genética nas escolas primárias. **Boletim de Eugenia**. nº 11, ano I, nov./1929.
- KEHL, R. Emerson o sábio de concord. **Boletim de Eugenia**. nº 17, ano II, mai/1930.
- KEHL, R. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugenia**. nº 18, ano II, jun./1930.
- LUIZI, P. Educação sexual. **Boletim de Eugenia**. Nº 24, ano II, dez./1930.
- MAI, L. D.; BOARINI, M. L. Estudo sobre forças educativas eugênicas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 1, n. 1, 2002.
- MAYR, E. **Desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança**. Tradução de Ivo Martinazzo – Brasília, 1998.
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994.
- NORTE, J. O Brasil e a raça. **Boletim de Eugenia**. nº 8, ano I, ago./1929.
- ROCHA, S. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa**, v. 6, n. 13, 2011.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo, Cortez, 1985.
- SAVIANI, D. Plano nacional de educação: antecedentes históricos. In: \_\_\_\_\_. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas – SP: Autores associados, 2002 (coleção educação contemporânea). p. 73-78.
- SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: Questões para a pesquisa. In: **A escola pública no Brasil: história e historiografia/** José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento (orgs). Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2005.
- SILVA, Í. B.; SILVA, E. F. Aspectos históricos dos planos nacionais de educação do Brasil: da década de 30 à de 80. **Holos**, ano 22, maio, 2006.
- TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.